

A ESCOLA LABLACHEANA E OS ANNALES: Considerações sobre um diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia, a partir da contribuição de Vidal de La Blache para a Escola dos Annales

THE LABLACHEAN SCHOOL AND THE ANNALES: Considerations on an Interdisciplinary dialogue between History and Geography, based on Vidal de La Blache's contribution to the Annales School

LA ESCUELA LABLACHEANA Y LOS ANNALES: Consideraciones sobre un diálogo interdisciplinario entre Historia y Geografía, a partir de la contribución de Vidal de La Blache a la Escuela de los Annales



José D'Assunção Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

jose.d.assun@globomail.com

Resumo: O artigo propõe-se a apresentar a contribuição geográfica de Vidal de La Blach, particularmente no que concerne à divisão e descrição do espaço, e examinar a sua influência sobre dois importantes campos da historiografia francesa no século passado: a Geo-História de Fernand Braudel e a História Local representada por Pierre Goubert. Nos momentos finais, tomamos a crítica empreendida pelo geógrafo Yves Lacoste como um exemplo da posterior revisão crítica que se fez do modo lablachiano de dividir o espaço.

Palavras-Chave: La Blache; Geo-História; História Local; Espacialidade Diferencial, espaço.

Abstract: The article proposes to present Vidal de La Blach's geographical contribution – particularly with regard to division and description of space – and, after this, the aims is to examine his influence on two important fields of French historiography in the last century: Fernand Braudel's Geohistory and Local History represented by Pierre Goubert. In the final moment, we take the criticism undertaken by the geographer Yves Lacoste as an example of the later critical revision of the lablachian way of dividing space.

Keywords: La Blache; Geo-History; Local History; Differential Spatiality, Space

Resumen: El artículo propone presentar la contribución geográfica de Vidal de La Blach – particularmente con respecto a la división y descripción del espacio – y examinar su influencia en dos campos importantes de la historiografía francesa en el siglo pasado: la Geohistoria de Fernand Braudel e Historia local representada por Pierre Goubert. En el momento final, tomamos las críticas emprendidas por el geógrafo Yves Lacoste como un ejemplo de la posterior revisión crítica acerca de la forma lablachiana de dividir el espacio.

Palabras llave: La Blache; Geo-História; História Local; Espacialidad Diferencial, espacio.

O diálogo da historiografia francesa com a escola de Vidal de La Blache

História e Geografia são disciplinas interligadas. Desde tempos antigos, encontramos na história intelectual importantes nomes que foram a um só tempo geógrafos e historiadores. Heródoto, por vezes referido como o “pai da história” foi de sua parte um dos primeiros geógrafos. A partir da sociedade industrial, com o processo de especialização dos campos de saber e o florescimento das ciências sociais e humanas, vai se constituindo um território mais distintivo entre historiadores, para os quais tempo ocupa uma referência central, e geógrafos, para os quais o espaço e o meio representam o patamar conceitual primordial. No entanto, sabemos que tempo e espaço não estão rigorosamente separados. O espaço contém tempo – a exemplo das paisagens urbanas formadas por objetos de períodos vários – e o próprio tempo, dá-se no espaço.

O século XIX, momento de projeção das ciências humanas – com novos campos de saber que aparecem nesse mesmo século e disciplinas já antigas que conhecem uma refundação, tal qual a própria História e a Geografia – é um momento privilegiado de demarcação de territórios entre as ciências humanas, cada qual com suas metodologias, objetos e teorias. Por outro lado, é já aqui que surgem impulsos interdisciplines que não tardarão a se intensificar no século XX. A passagem entre os dois séculos foi um período importante para a interação interdisciplinar entre Geografia e História. Neste artigo, teremos por objetivo abordar um destes momentos, tomando por base de análise a contribuição de Vidal de La Blache para a História e para a Geografia. Veremos como este geógrafo influencia historiadores franceses de duas gerações sucessivas. Verificaremos como a perspectiva lablachiana de enxergar o tempo no espaço se articula às preocupações trazidas por historiadores pertencentes à notória Escola dos Annales.

La Blache: geógrafo-historiador

O conceitual da Geografia tem oferecido à História grande riqueza de novas possibilidades teóricas. Uma das primeiras escolas geográficas a terem merecido a atenção dos historiadores de novo tipo – e em particular da historiografia original e decorrente da Escola dos Annales, foi a escola geográfica de Vidal de La Blache (1845-1918) – geógrafo francês que já vinha atuando interdisciplinarmente com historiadores desde 1905, e que, na verdade, partilhou a sua formação original entre a História e a Geografia, mesmo que depois tenha derivado de modo mais definido para uma identidade teórica explícita como geógrafo. Ademais, desde 1877, e no decorrer vinte anos, La Blache atua no curso de História da École Normale como professor da disciplina Geografia. Por fim, em 1898, seria nomeado pela Sorbonne como professor de Geografi. Ao longo de toda a parte inicial de sua atuação profissional, Vidal de la Blache pode ser categorizado tanto como um geógrafo-historiador ou como um historiador-geógrafo, revelando em seu acorde identitário estas duas notas em integrada harmonia – a Geografia e a História – o que dele faz uma espécie de peculiar *lócus* para a circularidade interdisciplinar. O encontro entre Geografia e História estabelece-se ainda através de um dos aportes teórico-metodológicos propostos por La Blache: o “tempo geográfico”. É possível compreender este recurso através de um contraste com a concepção de “tempo histórico” em vigor na época mesma de La Blache. O tempo histórico, aquele que os historiadores extraem sistematicamente de fontes as mais diversas, incluindo a mais habitual documentação de arquivo, e que deve ser devolvido ao leitor da obra historiográfica por meio de uma bem encadeada narrativa, era percebido na época de La Blache como um tempo basicamente cronológico e sucessivo. Em narrativas historiográficas, um evento vinha depois de outro, por assim dizer.

Entrementes, redefinindo uma importante perspectiva tanto para os geógrafos como para os historiadores das gerações seguintes, La Blache reafirmaria a ideia de que haveria possibilidade de observar diretamente nas paisagens o

“tempo geográfico”, já que este nelas se incorporava através de um duplo entereado realizado pela natureza e pela história. Simultâneo (não sucessivo) o tempo geográfico mostra-se ao geógrafo de uma só vez, uma vez que seus vários momentos acham-se na paisagem parcialmente expressos através de diversificadas informações e materiais. É por meio das paisagens geográficas – em parte tratadas de modo narrativo – que se mostra possível apreender, ou mesmo historiar, as interações entre os seres humanos e o espaço, suas relações interdependentes com o meio, seus esforços para construírem a sua liberdade diante e ao lado do ambiente natural.

Antes de seguirmos, é oportuno lembrar que o modelo geográfico de Vidal de La Blache construiu-se, de algum modo, por contraste em relação à escola geográfica alemã que se edificava em torno de Ratzel (1844-1904). Não raro, o determinismo que seria típico de Ratzel é colocado, na história da geografia, em contraposição ao possibilismo geográfico, de La Blache. Entretanto, Ratzel deixa bem claro, particularmente em uma de suas obras essenciais – a *Antropogeografia* (1909) – a sua clara rejeição das formas simplistas de determinismo. São um tanto exageradas as perspectivas de uma oposição mais radical entre Ratzel e La Blache, e boa parte deste exagero foi instigado por Lucien Febvre, historiador francês que costumava avaliar Ratzel sob a perspectiva de que este último havia priorizado uma abordagem incontornavelmente determinista ao dar ênfase a uma influência de tipo linear do meio sobre o destino humano. Ao lado disso, Febvre trabalhou para em difundir, particularmente entre os historiadores, a leitura de que havia uma contribuição decisiva de La Blache para aquilo que pode ser compreendido como um “possibilismo geográfico”.

Atenuada a dicotomia entre La Blache e Ratzel, que não deixa de ser uma das implicações da histórica rivalidade franco-prussiana que havia conduzido os dois países ao confronto bélico, em 1870, vejamos em que se configurava o possibilismo geográfico. Mesmo que situando no centro da análise da vida humana o meio geográfico, La Blache enfatizava as várias possibilidades de respostas que podiam se apresentar na relação

entre os seres humanos e os desafios do meio. Tal como parte significativa dos geógrafos possibilistas das últimas do século XIX e primeiras décadas do século XX, La Blache apoiava-se na ideia da libertação progressiva do ser humano no que concerne às influências do meio, o que produzia ressonâncias teóricas com os historiadores que não tardariam a conformar o grupo dos Annales.

Junto ao princípio essencial do “possibilismo geográfico”, o modelo lablachiano implicava uma abordagem geográfica cujas noções fundacionais eram configuradas com apoio nos conceitos da Biologia. Os contornos emoldurantes nos quais se ajustava a vida humana não eram propriamente a Terra como teatro de operações no qual se expressava a intervenção dos diversos fatores físicos como e a base geológica e o clima, mas sim a Terra 'matéria viva', recoberta de variedade vegetal e animal, conformadora de ambientes ecológicos e de múltiplas possibilidades vitais.

Ao lado disso, as relações entre os homens e o meio são abordadas por La Blache a partir de várias escalas de observação, desde o âmbito de uma micro-geografia voltada para a vida humana direta (homens e mulheres se defrontando com o meio vital que se lhes apresenta no entorno), até o nível abrangente de uma macro-geografia que se direciona para uma especulação sobre os destinos planetários. Em 1873, La Blache vale-se de uma aula inaugural para esclarecer a originalidade da Europa através de uma avaliação do sistema de mares que a envolvem, ofertando-lhe – em contraste com a o continente asiático – uma configuração peninsular (LA BLACHE, 1873, p.5-6). A multiplicação litorânea do oceano por meio desta peculiar configuração, a qual inclui um sistema articulado de mares interiores, teria possibilitado à Europa tanto uma franca facilidade no acesso às vias marítimas, como uma comunicação mais fácil entre as suas partes internas (as várias nações entre si). Ao lado disso, aspectos naturais e climáticos – como os benefícios decorrentes da corrente de água quente oriunda do Golfo do México – acrescentariam circunstâncias favoráveis ao afloramento de uma especificidade da civilização europeia. Ainda que fique bem ressaltado o

eurocentrismo que deste encaminhamento analítico, o principal para a nossa discussão é destacar que o espaço, e as relações dos homens e mulheres com o espaço, são encaminhados por Vidal de La Blache em escalas diversas e a partir de variadas instâncias. De resto, esse espaço apresenta-se traspassado por uma perspectiva temporal, mostrando-se com este aspecto uma das marcas significativas do modelo geográfico lablachiano.

O contributo mais significativo de La Blache – ou a escala de observação através da qual este geógrafo adquiriu maior notoriedade – não foi, entretantes, nem tanto a escala ampliada que captura o indivíduo em sua relação direta com o meio, nem tanto a pequena escala que abrange com um único olhar analítico o planeta e os continentes. A perspectiva regional – e o próprio esforço de constituição e descrição das regiões nacionais como tarefa primeira para os geógrafos – foi de fato a contribuição que lhe proporcionou fama entre seus pares. A este ponto, que depois resultaria na remarcada influência de La Blache sobre os historiadores locais dos anos 1950 voltaremos depois, na ocasião em que abordaremos a História Local – modalidade historiográfica que se vale das sistematizações de Vidal de La Blache com vistas ao delineamento das regiões geográficas.

Enquanto isso, as aplicações das concepções espaciais derivadas da escola lablachiana logo impactariam as novas obras de historiadores que estudaram as macro-espacialidades. Lucien Febvre (1878-1956), um dos historiadores responsáveis por impulsionar o movimento dos Annales, já tinha se valido da concepção espacial de La Blache para pensar as relações entre a sociedade e o meio físico. O produto desta reflexão concretizou-se no livro *A Terra e a Evolução Humana* (1922).

Entretantes, foi Fernand Braudel (1902-1985) – figura de proa da segunda geração de historiadores vinculados aos Annales – quem aplicou pela primeira vez estas perspectivas a um objeto historiográfico especificado e de maior magnitude. Braudel aprofundará a incorporação das contribuições lablachianas. Sua 'dialética de durações' – capaz de apreender um entremeado de temporalidades distintas em qualquer história a ser abordada – inspira-se de algum modo na abordagem polifônica que já se via

com as camadas de tempo de La Blache.

Conforme este modelo lablachiano, seria possível encaminhar uma narrativa historiográfica dos variados fenômenos geográficos (humanos e naturais) que, sucessivamente e de modo superposto, acumulam-se à maneira de camadas de tempo que terminam por se depositar na visualidade espacial. Para além disso, uma abordagem intensiva da paisagem, e de suas marcas, possibilitaria enxergar a própria história da luta dos homens para se impor ao espaço envolvente e ao meio ambiente, de modo a enfrentá-los, apropriá-los, dominá-los, incorporá-los a suas vidas.

Vidal de La Blache se propunha ao trabalho de examinar como a conquista humana do espaço termina por deixar na paisagem profundos traços possíveis de serem lidos pelo geógrafo-historiador como um texto, ou como uma narrativa reveladora. Para tal leitura, entretanto, seria preciso desenvolver um olhar em profundidade, ao lado da capacidade de perceber as “camadas do tempo”. Este olhar em camadas pode decorrer tanto da observação de campo – perante a imagem que a realidade espacial e a natureza oferecem ao geógrafo através de um passado tornado presente – como no trabalho com arquivos e a partir de outros tipos de vestígios. A desenvoltura analítica de Vidal de La Blache vai para além da já extraordinária leitura direta da paisagem, e prolonga-se na direção da análise dos vestígios antropológicos (hábitos culturais que se superpõem em uma mesma cidade ou ambiente rural), passando pela avaliação das marcas tecnológicas (os distintos modelos arquitetônicos; as marcas das técnicas de cultivo no campo), e daí aos nomes de procedências culturais e temporais variadas a partir do qual foram batizadas as ruas e avenidas de uma cidade, os rios, as montanhas.

De igual modo, outro registro narrativo significativo podia ser trazido pela ocupação humana da espacialidade. As distintas densidades demográficas que se espalhavam no espaço indicando certos caminhos, os modos como os grupos humanos se ajustam à natureza, aos rios e às montanhas, os vestígios do tempo no adensamento ou rareamento de determinados grupos populacionais – também aqui o tempo vai se mostrando ao

geógrafo em suas variadas camadas e bolsões. Torna-se possível uma narrativa histórica dos perfis geográficos. Se explorada com criatividade, essa narrativa pode revelar uma série de questões a serem respondidas pelo geógrafo. Novas questões podem ser propostas. Que aspectos naturais mostraram-se parceiros dos seres humanos nas suas escolhas? Como as variações de clima, e as desigualdades pertinentes à distribuição de recursos, induziram caminhos que os seres humanos se tenderam a seguir? Alguns destes resistiram a estas imposições e tendências? Há vestígios de suas lutas contra o espaço, e pelo espaço? Como elas se mostram redistribuídas no tempo geográfico?

Nessa leitura em camadas no seio das quais se entremeiam elementos naturais e humanos, o modelo da arqueologia vê-se deslocado para a análise geográfica, com seu atento tratamento das sucessivas camadas de terra e de objetos vários que recobrem o solo no decorrer do trânsito temporal. Deste modo, o olhar do geógrafo, parece aqui se aproximar do olhar típico do arqueólogo, possibilitando a que o analista se mova através da busca de profundidades que tornariam possível retraduzir, na paisagem, a passagem mesma do tempo que ali se depositou por meio de elementos concretos e de marcas várias.

O conceito essencial que apoia este empenho de observação intensiva, e que impõe um modo de visualização quase arqueológico, é o de *permanência*, perspectiva cara à Escola dos Annales nas décadas que se seguiriam. Vidal de La Blache, com seu modo de leitura geográfica das camadas do tempo, avalia atentamente as permanências – o que se mantém na paisagem, que se consolida. O método, desta maneira, mostra singularidades que foram criticadas por geógrafos posteriores, a exemplo de Yves Lacoste. Este atenta para a questão de que o método da narrativa histórica dos elementos geográficos, conforme aplicado por La Blache em suas avaliações das paisagens, deixa que escapem os elementos mais mutáveis e dinâmicos:

“[La Blache] procura mostrar como as paisagens de uma 'região' são o resultado da superposição, ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. Em suas descrições, todavia, Vidal termina por dar maior destaque às *permanências*, a tudo aquilo que é herança duradoura dos fenômenos naturais ou de evoluções históricas antigas. Em contrapartida ele banuiu, em suas descrições, tudo aquilo que decorre da evolução econômica e social recente; de fato, tudo aquilo que tinha menos de um século e que traduzia os efeitos da 'revolução industrial’” (LACOSTE, 2005, p.60.).

É um sintoma digno de nota o fato de que as pesquisas de La Blache dêem prioridade à análise da vida agrícola e natural em detrimento das referências aos aspectos industriais típicos da modernidade tecnológica. O talento lablachiano expresso em suas descrições geográficas, quase à maneira de pinturas, mostra-se mais confortável perante as paisagens rurais, mais do que as paisagens urbanas, sujeitas elas mesmas a uma reconfiguração “arqueológica” bem mais rápida. Perante as paisagens urbanas – com sua fugacidade e seu agitado ritmo – o geógrafo que se proponha ao exame das paisagens e localidades citadinas de um país deverá portar mais um 'olhar de cineasta' do que um 'olhar de pintor'. Na cidade, não somente tudo parece acontecer mais rápido, mas a própria paisagem muda bem mais rapidamente. Para apreendê-la, seria mais oportuno ter uma filmadora que uma máquina de tirar fotografias. La Blache, entretanto, é caracteristicamente um pintor. Podemos imaginá-lo diante de aquarelas muito bem escolhidas, envolvido com o delineamento das imagens que emergem deste poético trecho de sua descrição dos *pays* franceses (1888) (VIDAL, 2012, p.203-212). Não é por acaso, inclusive, que alguns anos depois La Blache chamaria ao seu cuidadoso trabalho geográfico de delineamento regional francês de “Quadros da Geografia da França” (1903):

“Entre Étampes e Orléans, atravessamos em trem um *pays* chamado La Beauce e, sem mesmo sair da portinhola do vagão, distinguimos certas características da paisagem: um terreno indefinidamente aplainado sobre o qual se desenvolvem campos cultivados sobre longas faixas;

muito poucas árvores, muito poucos rios (durante 65 quilômetros não se atravessa nenhum); ausência de casas isoladas; todas as habitações estão agrupadas em burgos ou aldeias. / Se atravessarmos o Loire, encontramos, ao sul, um pays de mesma planura, mas cujo solo tem uma cor distinta, onde abundam bosques e lagunas: é a Sologne. A leste de Beauce, entre as nascentes do Loire e do Eure, surge um pays acidentado, verdejante, cortado por cercas e sebes de árvores, com habitações disseminadas por toda a parte: é o Perche. Entremos na Normandia. Se, no departamento do Sena-Inferior, examinarmos os dois distritos contíguos de Yvetot e Neufchâtel, quanta diferença! No primeiro, tudo é planície, campos de cereais, granjas contornadas por grandes quadrados de árvores, amplos horizontes. No segundo, vêem-se apenas pequenos vales, cercas vivas e pastagens” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p.207-209).

O gosto pelo padrão que se espacializa mais extensivamente, pela descrição natural, pelo delineamento de habitats – mesmo que em outras passagens Vidal de La Blache busque mostrar que também “os homens diferem como o solo” – configuram o estilo geográfico-pictórico de Vidal. Em outros momentos, o geógrafo aprofunda-se na busca arqueológica do tempo, revelando como este se acumula nestes mesmos ambientes. De outra parte, isso não impede que um analista tome a si o empenho de avaliar as várias superposições de camadas de tempo na paisagem citadina. De toda maneira, conforme acrescenta Yves Lacoste em sua avaliação crítica do método lablacheano de análise intensiva das camadas de tempo consolidadas na paisagem, o “homem-habitante” de Vidal La Blache – aquele indivíduo que se insere neste enquadramento regional isolado como se fosse um sítio arqueológico – não se mostra inscrito nas suas relações sociais e, ainda menos, em suas relações de produção.

No que concerne ao papel, na análise vidalina, da noção de *permanência*, ela ainda pode implicar determinados inconvenientes quando em associação a outra categoria essencial de La Blache: a “região” – conceito ao qual voltaremos ao avordar a influência lablacheana nas pesquisas de História Local.

A combinação entre as forças da Natureza e do Passado é o que enceta, no fim das contas, essa permanência que a ser apreendida pelo geógrafo e desvendada a partir de suas camadas de tempo. Todavia, ao fim desta análise geográfica-histórica, chegamos ou podemos chegar a uma região, a certa área unificada por uma história comum. Há um grande risco de que as regiões ensejadas pelas análises de Vidal de La Blache encaminhem-se para ser “naturalizadas” (reconhecidas como algo que é dado prontamente pela natureza e pelo passado e que, conseqüentemente, já não prescinde de ser discutido).

Já veremos que foi isto o que ocorreu com a aceitação acítica das regiões vidalinas tanto pela geografia como pela historiografia local francesa de inspiração lablachiana. O tempo, que havia adentrado pela porta da frente na geografia de La Blache, parece sair agora pelos fundos, esquivando-se de todos e consentindo a configuração de um imutável quadro nacional regional. De algum modo, isso ocorreu menos por causa das proposições diretas de La Blache, do que em decorrência da utilização pouco inadequada que se terminou por fazer de suas realizações.

Neste momento, vamos nos concentrar no aspecto da influência de La Blache entre os primeiros historiadores ligados aos Annales. Tal como ressaltamos, Braudel é o nome de destaque a ser evocado quando se menciona a interdisciplinaridade entre Geografia e História. Foi ele o mais criativo beneficiário das lições proporcionadas pela geografia vidalina, cuja influência deixa indícios visíveis na sua obra maior: uma análise historiográfica do Mar Mediterrâneo como sujeito e ambiente de uma história que entrelaça as trajetórias de civilizações e culturas diversas.

De certo modo, Braudel sugere nesta obra uma saída para as contradições que se insinuam entre uma assimilação da região vidalina, transformada em recinto estanque pelas gerações subsequentes de geógrafos, e a imposição historiográfica de considerar a complexidade envolvida nas diferenciadas espacialidades do Mediterrâneo. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico no tempo de Felipe II* (1946) – obra maior que se notorizou por envolver um mesmo objeto com o exame ebtrecruzado de três distintas temporalidades (a longa, média e

curta durações), cada uma delas com seu próprio ritmo – traz no volume inicial, voltado para o estudo de uma longa duração conforme a qual tudo se transfigura muito lentamente, conformando um paradigma que marcaria toda uma geração de historiadores: a ideia de estabelecer como patamar inicial da análise historiográfica o espaço geográfico. A obra conforma pela primeira vez, em uma pesquisa de maior fôlego, uma modalidade historiográfica que passaria a ser denominada Geo-História.

Primeiro setor de influência lablachiana: Braudel e a Geo-História

No *Mediterrâneo* (1946) de Fernand Braudel (1983), tal como em Vidal de La Blache, meio e espaço conformam noções equivalentes. Os dois conceitos se superpõem um ao outro. Alternam-se entre a perspectiva de que o meio determina o homem, e uma leitura mais possibilista de que os seres humanos instalam-se no meio natural de maneira a reconfigurá-lo e convertê-lo no patamar básico de sua vida social, Fernand Braudel tende a associar intimamente civilização e macro-espacialidade. Em *Mediterrâneo* ele declara que, “uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história”, e em *Civilização Material do Capitalismo* (1967) irá reafirmar esta relação sob a forma de questionamento: “o que é uma civilização senão a antiga instalação de uma certa humanidade em um certo espaço?”. Discorrer sobre civilizações “é falar de espaços, terras, relevos, climas, vegetações, espécies animais, vantagens dadas ou adquiridas” (BRAUDEL, 1989, p.31). Este relacionamento íntimo entre a sociedade e o meio geográfico (no sentido vidalino) acha-se essencialmente no patamar de formação de uma nova modalidade histórica: a Geo-História. Não é descabido dizer que praticamente a Geo-História braudeliana introduz a Geografia como “grade de leitura” para a História (DOSSE, 1994, p.136). Tal como La Blache havia renovado o seu próprio universo disciplinar ao introduzir a História como parâmetro de leitura para a Geografia, explorando a possibilidade de compreender o espaço através do tempo acumulado nas paisagens, Fernand Braudel

parecia agora inverter esta fórmula:

“Neste jogo, a geografia deixa de ser um valor em si mesmo para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo uma linha do mais longo prazo. A geografia (à qual, como à história, podemos pedir tudo) passa assim a privilegiar uma história quase imóvel, desde que, evidentemente, aceite a seguir as suas lições e aceite as suas divisões e categorias” (BRAUDEL, 1983, p.33).

Ao evocar o espaço como primeiro plano para suas análises, eventualmente Fernand Braudel parece entregar-se a uma oscilação entre duas atitudes que parecem se contradizer (ou se complementar), ora lidando com o Mediterrâneo como cenário, ora tratando-o como o próprio personagem central da trama histórica. Deste modo, em algumas ocasiões o espaço mediterrânico é mostrado como um meio físico que os seres humanos e as civilizações encontram para nele se acomodar, bem de acordo com as velhas leituras vidalinas. Nestas passagens, o Mediterrâneo proposto por Braudel afirma-se como um cenário duplo. Por um lado, afirma-se a singular série de penínsulas compactas e montanhosas mediadas pelas vastas planícies. Por outro lado, impõe-se o Mar, ou melhor, o peculiar complexo de mares entrecortados (BRAUDEL, 1983, p.33-34). O tratamento mais geral do Mediterrâneo como este cenário geográfico duplo no qual a trama histórica se desenvolve é contraposto, em outras ocasiões, à abordagem do meio mediterrânico como um quase-personagem, um sujeito histórico que integra a natureza e o próprio ser humano.

A assimilação do Mediterrâneo como o grande personagem de sua obra é introduzida por Braudel logo à entrada do prefácio de sua primeira edição, elaborado em maio de 1946 (BRAUDEL, 1983, p.21-22.). Este grande sujeito mediterrânico, de sua parte, possui várias faces.

“[...] O mar Interior era, no século XVI, bem mais vasto que hoje; uma personagem complexa, embaraçosa, excepcional, que escapa às nossas medidas e definições. Inútil é pretender dele a história simples, no gênero 'nasce a...'; tal como é inútil escrever com simplicidade a seu respeito, contar singelamente como as coisas se passaram... O Mediterrâneo nem sequer é um mar, ante é um 'complexo de mares', de mares peçados de ilhas, cortado por penínsulas, cercado por costas rendilhadas; a sua vida está ligada à terra, a sua poesia é predominantemente rústica, os seus marinheiros são camponeses nas horas vagas; é o mar dos olivais e das vinhas, tanto como dos esguios barcos a remos ou dos redondos navios dos mercadores, e a sua história não pode ser separada do mundo terrestre que o envolve, tal como a argila o não pode ser do artesão que a modela” (BRAUDEL, 1983, p.22).

Ligado à terra – às montanhas e planícies que se ajustam à grande massa de água e ilhas para formar aquilo a que Braudel se refere como “o Grande Mediterrâneo” – por vezes o grande mar interior se confronta, ainda, com outro personagem de grande magnitude: o Deserto do Saara. “Mais que um vizinho, [este] é um hóspede, por vezes incômodo e sempre exigente”. Há um momento, entre o sul da Tunísia e o sul da Síria, no qual os dois gigantes se tocam, naquele singular lugar no qual “o deserto termina diretamente no mar” (BRAUDEL, 1983, p.34). Por meio destes inesperados entrelaçamentos oferecidos pela natureza, os seres humanos tecem a sua própria história: a rede comercial mediterrânea, com sua textura meticulosamente configurada por três civilizações, emaranha-se com a sutil e misteriosa rede comercial do deserto.

No que concerne à interdependência entre os seres humanos e o meio, deve-se notar que não é tanto a perspectiva de um “determinismo geográfico” o que Braudel instrumentaliza em *O Mediterrâneo*, mas sim um 'possibilismo' inspirado na geografia de La Blache. Ao lado disso, a tarefa à qual Braudel se propõe neste livro paradigmático é o de ensejar uma 'especialização da temporalidade', e posteriormente ele irá aprimorar ainda uma 'especialização da economia', configurando conceito de

“economias-mundo” que já se encontrará plenamente delineado e apoiado em exemplos históricos em *A Civilização Material do Capitalismo* (1979).

O objeto do 1º volume de *O Mediterrâneo* (1946 / 1963) – que traz a originalidade desta obra partilhada em três partes que se referem a cada qual das três temporalidades que demarcam os ritmos da história – é a relação entre os seres humanos e o espaço. É esta relação que Braudel decide recuperar através de “uma história quase imóvel ... uma história lenta a desenvolver-se e a transformar-se, feita frequentemente de retornos insistentes, de ciclos sem fim recomeçados” (BRAUDEL, 1983, p.25). A interação entre o humano e o espaço, seus estranhamentos e simbioses, as limitações que um encontra diante do outro, tudo isto não configura propriamente a moldura do quadro que o historiador francês pretende examinar, mas o próprio quadro ele mesmo.

Aqui está o primeiro ato desta monumental realização historiográfica, e é sobre esta história quase-imóvel de longa duração – a temporalidade espacializada na qual o tempo infiltra-se no solo quase ao ponto de desaparecer – que se erguerá o segundo grande ato, a 'média duração' que gere os “destinos coletivos e movimentos de conjunto”, trazendo à superfície uma história das estruturas que envolve desde os sistemas econômicos até as hegemonias políticas, os estados e sociedades. Temos agora uma história de ritmos seculares, não mais milenares, e depois surgirá o último andar – a 'curta duração' que entretece a história dos acontecimentos, formada por “perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas” (BRAUDEL, 2005, p.96).

O sujeito da história, nas duas monumentais obras de Braudel, parece como que se transferir do ser humano propriamente dito – individual ou coletivo – para realidades que lhe são superiores: o Espaço, no *Mediterrâneo*; e a Vida Material, na *Civilização Material do Capitalismo*. São estes monumentais sujeitos históricos que abrem o campo de possibilismos para as subseqüentes histórias dos movimentos coletivos e dos indivíduos. Uma das metas centrais de Braudel em *Mediterrâneo* é precisamente a de mostrar que tanto a história dos

acontecimentos como a história das tendências gerais não podem ser plenamente compreendidas sem os aspectos geográficos que os informam e que, de resto, têm a sua própria história longa.

O *Mediterrâneo*, por fim, é a monumental e insuperável obra máxima na qual Braudel almejou demonstrar criativamente que o tempo avança com distintas velocidades, em uma espécie de composição polifônica na qual a parte grave coincide com a história quase imóvel do espaço, e na qual espacialidade e temporalidade praticamente se convertem uma à outra. Paradoxalmente, embora tenha sido o primeiro a propor uma “história quase imóvel” como um dos níveis de análise, outra grande contribuição de *O Mediterrâneo* foi a de mostrar que tudo está inexoravelmente sujeito a mudanças, ainda que lentas, o que inclui o próprio Espaço. A leitura de *O Mediterrâneo* mostra-nos que o espaço delineado por este grande mar era bem maior no século XVI do que nos dias de hoje, pela razão muito simples de que a comunicação e o transporte eram bem mais demorados naquele período. Com isto, é possível perceber que a espacialidade comprime-se ou se dilata no tempo consoante consideremos um período ou outro nos quais se contraponham distintas possibilidades dos seres humanos se moverem no espaço. Mais uma vez, homem, tempo e espaço aparecem como fatores indissociáveis.

Se o espaço está intimamente sintonizado com os ditames do tempo, a dinâmica das temporalidades está igualmente sujeita aos ditames do espaço e do meio geográfico. Para dar um exemplo ressaltado por François Dosse em seu elogio à análise braudeliiana, o mesmo *Mediterrâneo* mostra-nos um mundo partilhado em duas estações: enquanto o verão autoriza o tempo da guerra, já o inverno assinala a estação da trégua – uma vez que “o mar revolto não permite mais aos grandes comboios militares se encaminharem de um ponto ao outro do espaço mediterrânico: é, então, o tempo dos boatos insensatos, mas também o tempo das negociações e das resoluções pacíficas” (DOSSE, 1994, p.140). Deste modo o clima (aspecto físico relacionado ao meio geográfico) reconfigura o espaço, e este redefine o ritmo de tempos através dos quais se desenrolam as ações humanas.

O livro de Braudel permite-nos adentrar outra reflexão, em torno de uma distinção essencial entre “duração” e “recorte de tempo”. Fernand Braudel almejou estudar audaciosamente o 'grande espaço' no 'tempo longo'. Quando nos expressamos nos termos de um “tempo longo” referimo-nos particularmente a uma “duração” – ou, antes, a certo 'ritmo de duração'. O tempo longo, na verdade, é aquele que se alonga, ou que parece passar mais lentamente. Não devemos confundir inadvertidamente “longa duração” com “recorte extenso”. O recorte temporal proposto por Braudel em *O Mediterrâneo* – ao menos o recorte desta extensão da história da qual ele lança mão para orquestrar as três durações distintas – é o reinado de Felipe II, rei da Espanha entre os anos de 1556 e 1598. Braudel não trabalhou nesta obra, propriamente, com um 'recorte temporal estendido'. Ele lidou com um recorte tradicional, o qual relacionou-se a uma ou duas gerações de agentes históricos e que coincidiu com a duração de um reinado, mas abordando através deste recorte o trânsito do tempo em três ritmos diferentes. Coisa bem distinta seria examinar um certo espaço – pequeno ou grande – em um recorte de tempo extenso ou estendido. De fato, o ritmo temporal (a duração) que se sintoniza em uma análise de certa realidade histórico-social não está relacionado ao “recorte temporal historiográfico” selecionado pelo historiador. A “duração” – curta, média, longa – precisa ser pensada como um aspecto relativo ao ritmo histórico, mas não à sua extensão.

No que se refere ao seu recorte espacial, o historiador francês tinha considerado que o Mediterrâneo possuía sob determinados aspectos uma unidade que ultrapassava as unidades nacionais que se acomodavam ao redor do grande “mar interior”, e que transbordava a polarização política entre os dois maiores impérios da época: o Espanhol e o Turco. Ao lado disso, Braudel precisou trabalhar com a 'unidade na diversidade', e de fato se empenhou em descrever dezenas de regiões autônomas cujos ritmos confluem para um ritmo supralocal. Essa abordagem a um só tempo assimila o método vidalino de descrição das regiões, e o transcende. O universo mediterrânico de Fernand Braudel é configurado por um vasto complexo de ambientes – mares,

desertos, montanhas, planícies e ilhas – desdobrado em uma grande diversidade de regiões cuja heterogeneidade parece clamar por ser decifrada antes de se mostrar possível propor uma homogeneidade maior prenunciada pelo tipo de vida imposto pelo grande mar. É assim que, se Braudel elabora em seu livro uma cuidadosa arquitetura de durações, também constrói uma concomitante arquitetura de espacialidades que são apresentadas através de aproximações em variadas escalas.

À maneira de um cineasta que por vezes busca apreender em plano aberto a imagem de um Mediterrâneo bidividido em suas tradicionais grandes bandas, e que ora focaliza em plano médio a singularidade de cada um dos seus mares interiores – o Tirreno, Adriático, Jônico, Egeu, entre outros mais – o historiador francês direciona sua câmera também para o plano fechado que busca revelar a singularidade de cada uma das ilhas, com seus modos específicos de vida (BRAUDEL, 1983, p.175). Nas tomadas de cena dirigidas à terra, Braudel ora expõe em plano geral as massas continentais que rodeiam o grande mar – ou os grandes Impérios e vários países que o disputam – e ora dirige seu foco para a especificidade de suas penínsulas, até alcançar – através de um enquadramento plongée – a singularidade de suas montanhas, pequenos desertos e florestas, ou ainda, em maior detalhe, a vida agitada de suas cidades e o destino das caravanas que percorrem os caminhos que as unem e separam. Contemplar o Grande Mediterrâneo como arquitetura de durações, e ao mesmo tempo como arquitetura de espaços, foi o desafio maior enfrentado por este historiador francês, nesta monumental obra para a qual dificilmente encontraremos um paralelo na história da historiografia.

Uma segunda influência de La Blache: a História Local francesa

Se Braudel havia sidado com o 'grande espaço' em *O Mediterrâneo* (1946) – abordagem que prossegue com sua outra obra monumental, *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1979) – já as gerações mais novas de historiadores franceses

ligados ao movimento dos Annales trouxeram ao cenário historiográfico a possibilidade de uma nova tendência que abordaria o que podemos entender como um pequeno espaço. Esta nova tendência, a qual se consolida nos anos 1950, é habitualmente referida na historiografia francesa como 'História Local'. Ainda aqui uma significativa contribuição da Geografia inspirada em La Blache destaca-se com especial nitidez, configurando um conceito de região que logo passaria a ser mobilizado pelos historiadores no estudo de micro-espacos ou espacos localizados, em vários sentidos dotados de uma homogeneidade bem maior do que aqueles macro-espacos que tinham sido abordados por Braudel.

Do macro-espaco que abarca civilizações, a moderna historiografia passava agora à possibilidade de lidar com os micro-espacos no interior dos quais se abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. A História Local surgia, aliás, como possibilidade de corrigir ou confirmar as grandes formulações que tinham sido propostas no nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como também passaria a ser denominada em alguns países com um sentido um pouco mais específico – nascia como uma alternativa capaz de oferecer uma iluminação em detalhe para grandes questões políticas, econômicas, culturais e sociais que até então tinham sido examinadas no escopo das nações ocidentais.

O modelo de compreensão do espaco sugerido pela antiga escola vidalina mostrou-se adequado para várias pesquisas associadas àquela historiografia europeia de meados do século XX que trabalhava com aquilo que Pierre Goubert – um dos nomes de destaque da nova História Local – denominava “unidade provincial comum”, e que ele mesmo associava a unidades “tal como um *country* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses” (GOUBERT, 1992, p.45). Nestes e em outros casos, o espaco selecionado para análise historiográfica costumava coincidir de modo geral com uma unidade administrativa, e várias vezes com uma unidade bem homogênea de um ponto de vista mais geográfico ou no que concerne ao

padrão de práticas agrícolas. Habitualmente, também se tratava de zonas menos ou mais estáveis – em contraste com o que ocorria em muitos dos países da América Latina durante o período colonial, nos quais devemos considerar a bem mais frequente ocorrência de “fronteiras móveis”.

O modelo de espacialidade tipicamente europeu, considerado para certos recortes temporais – o qual não se ajusta nem com a cronologia nem com a singularidade espacial de outras áreas do planeta – permitia que fosse aproveitado pelos historiadores que começavam a desenvolver estudos regionais, cobrindo todo o Antigo Regime, um modelo no qual o espaço podia ser investigado e apresentado previamente pelo historiador, tal como se fosse uma espécie de moldura no interior da qual os acontecimentos, práticas culturais e processos sociais se desenrolavam. Com frequência, e até os anos 1960, as monografias decorrentes da denominada Escola dos Annales apresentavam previamente uma introdução geográfica, e depois seguia-se a História, a organização social, as ações dos seres humanos. As possibilidades de que este modelo funcionasse, certamente, dependia bastante do objeto que se tinha em vista, para além dos modelos da espacialidade europeia nos períodos considerados.

A crítica que mais tarde se fez a este recorrente modelo no qual o espaço era como que previamente dado – tal como aparecia nas propostas decorrentes da escola vidalina – é que, no caso, adotava-se automaticamente um conceito não-operacional de região. As regiões pareciam vir definidas de antemão, como que estabelecidas de uma por todas as vezes, e bastava ao historiador ou geógrafo adotar a sua para depois tratá-la com suas problematizações específicas. Tenhamos mais uma vez em vista que, nos primórdios do século XX, Vidal de La Blache fora o responsável por um trabalho monumental intitulado *Quadro da Geografia na França* (1903), no qual estava proposta uma peculiar divisão do território francês em várias “regiões geográficas”, tanto baseadas em uma leitura da sua história administrativa como na percepção de determinadas características naturais que lhe pareciam trazer uma paisagem singular, ou mesmo uma

personalidade própria apreensível para cada uma destas regiões (Aquitânia, Champanhe, Bretanha, etc).

Os contornos delineados para cada uma destas regiões vidalinas ora seguiam linhas político-administrativas pré-existentes que haviam sido herdadas do passado medieval, ora complementavam-se com aspectos ou limites naturais (o obstáculo apresentado por uma montanha ou a margem imposta por um rio). Orientando-se pelo método de dar a perceber a lenta ação conjunta estabelecida pela Natureza e pelo Passado humano (histórico), convergindo para uma certa permanência, Vidal de La Blache havia chegado a um quadro de regiões francesas que terminou por ser de alguma maneira “naturalizado” por seguidas gerações de geógrafos franceses, e que mesmo hoje ainda se mostra mecanicamente incorporado em não poucos estudos acadêmicos, e particularmente nos manuais escolares. Foram exatamente estas regiões que logo foram tomadas – como espaços que já não se questionavam – pela geração de historiadores franceses ligados à História Local de meados do século XX.

Quando a região era coincidente com um recorte político-administrativo que havia permanecido sem grandes alterações desde a época estudada até o momento presente – isto até representava certa comodidade para o historiador, que podia encontrar as suas fontes exclusivamente em arquivos concentrados nas regiões assim delimitadas. Em seu notório artigo “A História Local”, Pierre Goubert ressalta que a emergência da história local dos anos 1950 havia sido motivada por uma confluência entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (não mais só os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e a disponibilização de métodos que possibilitavam esta pesquisa para regiões mais localizadas – em particular as abordagens estatísticas e seriais, capazes de lidar com dados relativos a toda uma população de maneira massiva.

Ao trabalhar com as pequenas localidades por eles escolhidas, os historiadores poderiam deste modo cocentrar sua atenção “em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um

homem sozinho" (GOUBERT, 1992, p.49). A superposição entre a região abordada e uma tradicional unidade administrativa como a paróquia rural ou o pequeno município possibilitava por vezes que o historiador resolvesse as suas carências de fontes com cômodo recurso um único arquivo, ali mesmo definindo e constituindo a série a partir da qual extrairia os dados sobre a população e a comunidade investigada.

Com o surgimento progressivo dos novos problemas e objetos que a expansão dos cmpos históricos passou a oferecer cada vez mais no decorrer do século XX, o modelo de região desdobrado da escola geográfica vidalina começou a ser muito questionado, precisamente porque encobria a questão fulcral de que qualquer delimitação espacial configura sempre uma delimitação arbitrária, além de que as relações entre os seres humanos e o espaço alteram-se com o tempo, tornando pouco úteis (ou não-operacionais) delineamentos regionais que poderiam funcionar bem para um período mas não tanto para outro. Uma paisagem rural pode facilmente se modificar a partir da ação humana, o que revela a pouca operacionalidade de se considerar regiões geográficas fixas – e isto se mostra particularmente relevante para os estudos da América Latina no período colonial, mais ainda do que para os estudos relativos ao âmbito europeu do mesmo período.

De igual modo, um *território* não existe senão em relação ao âmbito de problemas e análises que se tem em consideração, aos aspectos da vida abordados (se relacionados ao âmbito político, econômico, cultural ou mental, por exemplo). Uma região cujos contornos tenham sido estabelecidos de uma vez por todas – ora atentando para um determinado passado histórico, ora para dados limites impostos pela natureza – pode terminar por produzir linhas divisórias que não fazem nenhum sentido para cada problema histórico em particular, e mesmo para as diversas temáticas geográficas a serem tratadas.

Vincular o território ou espaço historiográfico que o historiador conforma a uma pré-estabelecida região administrativa, geográfica (no sentido proposto por Vidal de La Blache), ou de qualquer outro tipo, implicava deixar que

escapassem objetos historiográficos que não se ajustam bem a estes limites. A comodidade arquivística que favorece ou viabiliza um trabalho mais artesanal do historiador – capacitando-o a dar conta individualmente de seu objeto sem abandonar seu recinto documental – também pode empobrecer e limitar as escolhas historiográficas. Uma certa prática cultural pode gerar um território específico que pouco tem a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Da mesma maneira, uma realidade econômica, ou de qualquer outro tipo, não irá necessariamente coincidir com a região tradicional.

A crítica aos modelos de recorte regional-administrativo, ou de recortes à maneira vidalina, não emergiram somente das novas buscas historiográficas, mas ainda de aportes que afloraram no próprio seio da Geografia Humana. Para ilustrá-la com um exemplo em particular, lembraremos um trecho de Yves Lacoste, um dos geógrafos que introduzem na geografia francesa uma especial atenção à necessidade de uma percepção das espacialidades múltiplas:

“É preciso fazer com que as pessoas compreendam que, quando elas estão num lugar, não estão num único compartimento, numa única 'região'. Este local diz respeito a um grande número de conjuntos espaciais muito diferentes uns dos outros, tanto do ponto de vista qualitativo como por sua configuração (assim, se está ao mesmo tempo numa comuna de um determinado departamento, na influência da área de Marselha, numa região de colinas, próxima do Ródano, na zona de clima mediterrâneo, no espaço irrigado pelo canal do Baixo-Ródano-Languedoc, etc)” (LACOSTE, 2005, p.193).

O empenho de uma nova geografia em se contrapor ao modelo vidalino de divisão do espaço em regiões previamente definidas, e de lhe opor um tratamento mais complexo do espaço sob o ponto de vista das “espacialidades superpostas” a partir das quais se movimenta o homem em sociedade, incluindo sistemas complexos e diversificados que vão da rede de conexões

comerciais ao sistema de transportes ou à configuração de padrões culturais, aproxima-se bem mais da realidade vivida – e ainda mais particularmente quando adentramos a modernidade – do que a acomodação do espaço em regiões definidas de uma vez para sempre, e associadas somente aos recortes administrativos e relativos às divisões regionais não-problematizadas que habitualmente aparecem nos mapas.

A realidade, em qualquer época, é sempre complexa, ainda que esta complexidade não possa ser captada integralmente por nenhuma das ciências humanas, por mais que estas desenvolvam novas metodologias para apreendê-la a partir de perspectivas cada vez mais ricas. Ainda mais complexas são as sociedades contemporâneas. Nestas, envolvidas cada vez mais por uma “espacialidade diferencial”, os espaços superpõem-se, ao mesmo tempo em que “se entremisturam, de forma opaca, fluxos regionais, nacionais, multinacionais sobre as particularidades de cada situação local” (LACOSTE, 2005, p.91). Redes de diversas ordens de grandeza, do entorno imediato ao nível planetário, entrecruzam-se em torno do indivíduo, o qual parece estar cada vez mais mergulhado na inconsciência em relação à espacialidade diferencial que o cerca.

Por isso, toda uma geração de novos geógrafos começou a questionar, cada vez mais, um modelo de divisão do espaço que já se estagnava e que se parecia naturaliz em sua forma mais redutora e incapaz de apreender a crescente complexidade das sociedades contemporâneas. Começou-se a se perguntar, por fim, a que interesses atendia aquela simplista apropriação mecanizada de um modelo de enquadramento regional pouco ou nada problematizado:

“Esse procedimento vidalino, tão admirado, reproduzido por um monte de gente que sequer ouviu falar de Vidal de La Blache, é, de fato, um subterfúgio particularmente eficaz, pois ele impede de apreender eficazmente as características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos. De fato, cada um deles tem uma configuração geográfica particular que não corresponde à da 'região'” (LACOSTE, 2005, p.62).

As críticas ao modelo lablachiano, empreendidas com particular intensidade a partir da década de 1970 do século XX, mereceriam certamente um artigo em especial.

Notas

¹ Vidal de La Blache contribuiu para a História da França de Ernest Lavisse com um primeiro volume intitulado *Tableau de la géographie de la France*.

² Essa transição é examinada por Larissa Alves de Lira em "Vidal de La Blache: historiador" (2014).

³ Sobre isto, ver LIRA, 2014, p.2; SANGUIN, 1993, p.118-121; 139.

⁴ A dupla parceria entre Natureza e Humanidade na conformação das paisagens é discutida já na sessão inicial de "Da Interpretação Geográfica das Paisagens" (1908). Diz-nos Vidal de La Blache: "Em geral, a água (sob todas as suas formas e com os fenômenos climáticos que engendra), a vida vegetal (com suas associações, suas características hidrófilas ou xerófitas, etc) e as obras do homem combinam-se às feições elementares do relevo para compor a imagem enquadrada pelo horizonte" (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p.127). / A principal seleção de textos na qual nos apoiamos neste item é organizada por HAESBAERT, PEREIRA E RIBEIRO, 2012.

⁵ Uma reflexão de La Blache sobre o modelo geográfico de Ratzel pode ser encontrado em um artigo escrito em 1898 para os *Annales de Géographie* (1998, p.97-111).

⁶ A perspectiva de Vidal de La Blache de que a Geografia Humana mantém íntimas relações epistemológicas e metodológicas com a Botânica e a Zoologia acha-se bem definida em "Geografia Humana: suas relações com a Geografia da Vida" – artigo publicado em 1903, no nº7 da *Revue de Synthèse Historique* (VIDAL, 2012, p.99-123).

⁷ A região é o espaço conceitual de trabalho da obra mais conhecida de Vidal La Blache, o *Quadro da Geografia da França* (1903) – obra que influenciou tanto os geógrafos das gerações seguintes como também os historiadores franceses regionais dos anos 1950. Mais tarde esta obra sofreria críticas por induzir à leitura de um quadro de regiões estáticas, desligadas de sistemas mais amplos e estabelecidas de uma vez por todas. Por outro lado, é ainda a região o espaço conceitual de análise de outra obra de La Blache, bem menos conhecida, e que já trata a região de uma maneira radicalmente distinta, perfeitamente inserida em sistemas mais amplos e atravessada pela história de modos diversos. Esta obra – *A França do Leste* (1916) – traz à tona um outro Vidal de La Blache (LACOSTE, 2005, p. 116).

⁸ De resto, Vidal de la Blache não deixa de destacar a primazia do estudo de campo no seu método de "Interpretação Geográfica das Paisagens": "Desnecessário dizer que a maior parte desta interpretação deve ser feita no estudo de campo. Ele é a arquitetura da paisagem; por vezes, a própria paisagem" (2012, p.126). O olhar do geógrafo, todavia, é um olhar de expert, que deve enxergar além do padrão de visualidade, e enriquecê-lo com uma erudição que pressupõe conhecimentos interdisciplinares, como o da Geologia: "Conforme [o campo do observado] se apresente unido ou acidentado, plástico

ou contrastado, prevalece certo estilo. Porém, uma observação: chegará um momento em que certa parte do espetáculo contemplado por nossos olhos se dispersará. [...] Um olhar treinado não se detém a esta modalidade geral. Na escultura à qual os diversos agentes de erosão, cada um com sua maneira própria de agir, se entregam incessantemente, há diferenças que dizem respeito não apenas à desigual resistência dos materiais, mas à erosão anterior à qual já tenham sido submetidos. Prolongada tal erosão por muito tempo, daí em diante esses materiais tornam-se menos sensíveis aos agentes do modelado, menos capazes de sentir seus efeitos destruidores. Há tanto diferenças de idade quanto diferenças de rochas” (VIDAL, 2012, p.126).

⁹ Uma assimilação do modelo lablachiano de leitura das marcas humanas no campo pode ser encontrado, em Marc Bloch, nos *Caracteres originais da história rural francesa* (1931), uma obra na qual o espaço natural torna-se uma fonte histórica entre as demais.

¹⁰ Artigo publicado com o título: “As Divisões Fundamentais do Território Francês” [original: 1888].

¹¹ LACOSTE, 2005, p.61. Ou, como faz notar Yves Lacoste em outra passagem do *Tableau* (1903): “Para Vidal de La Blache, a geografia humana é essencialmente o estudo das formas de habitat, a repartição espacial da população. A concepção vidalidana da geografia, que apreende o homem na sua condição de habitante de certos lugares, coloca, de fato, o estudo dos 'fatos humanos' na dependência da análise dos 'fatos físicos'” (LACOSTE, 2005, p.108).

¹² A quase-personificação do Mediterrâneo, em Braudel, é salientada por Pau Ricoeur – em *Tempo e Narrativa* (1985), no capítulo que se dedica à análise desta obra de Braudel – como um novo e sutil tipo de narrativa.

¹³ Conforme ressalta Braudel, “quando se trata de atravessar o Mediterrâneo no sentido dos meridianos, é preciso contar uma a duas semanas; e quando se decide atravessá-lo no seu comprimento, são necessários dois ou três meses” (BRAUDEL, 1983, p.410).

¹⁴ O *plongée* (“mergulho”) é o enquadramento no qual o cineasta aproxima-se, por cima, de seu objeto.

¹⁵ Consciente das dificuldades da aventura intelectual que resolvera mobilizar, no Prefácio de 1946 assim se dirige Braudel ao leitor: “Será, portanto, difícil definir exatamente que personagem histórica poderá ser o Mediterrâneo; para tal seria necessário paciência, múltiplas diligências, e, certa e inevitavelmente, alguns erros” (BRAUDEL, 1983, p.22).

¹⁶ Mais adiante, veremos que os anos 1970 serão beneficiados pela perspectiva crítica de geógrafos que começam a questionar as ilusões das individualidades geográficas. Um deles será Yves Lacoste (1976): “Esse expediente que postula a possibilidade de reconhecimento imediato das 'individualidades geográficas', essa ilusão ou este estratagema de familiaridade com o real que faz acreditar que a descrição reúne todos os elementos possíveis, enquanto que ela resulta, na verdade, de escolhas muito estritas, vão induzir os geógrafos a evitar problemas epistemológicos fundamentais” (LACOSTE, 2005, p.83).

¹⁷ Mesmo para períodos posteriores, deve-se observar uma distinção na espacialidade de países que adquiriram centralidade em termos de domínio econômico e os chamados países subdesenvolvidos: Milton Santos observa que “descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente

multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes tipos de decisão" (SANTOS, 2004, p.21).

¹⁸ "Há linhas [nos contornos produzidos por La Blache] que só têm significado geológico, ou que correspondem a demarcações políticas desde há muito inexistentes, que determinam a divisão do espaço e a individualização de diferentes 'regiões' que se tomam, em seguida, de maneira essencialmente monográfica" (LACOSTE, 2005, p.64).

Referências bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Les Caracteres Originaux Le l'Histoire Rurale Française**. Paris: A. Colin, 1952 [original: 1931].
- BRAUDEL, P. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [original: 1946, revisto em 1963].
- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**, São Paulo: Ensaio, 1994 [orig.: 1987].
- GOUBERT, Pierre. História Local. **História & Perspectivas**, Uberlândia, nº 6, jan/jun, p.45-56, 1992. nº146-2012.
- LACOSTE, Yves. **Geografia: isto serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra Campinas**: Papirus, 2005 [original: 1976].
- LIRA, Larissa Alves de. Vidal de La Blache: historiador. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Nº21, 2014.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [original: 1983-1965].
- SANGUIN, André-Louis. **Vidal de la Blache. Un génie de la Géographie**. Paris: Belin, 1993.
- SORRE, Max. **Rencontres de la géographie et de la sociologie**. Paris: M. Rivière, 1957.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. La Géographie Politique, a propôs des Écrits de M. Frédéric Ratzel. **Annales de Géographie**, nº32-7^oannée, p.97-111, 1898.
- VIDAL DE LA BLACHE, Pierre. **Tableau de La Geographique de La France**. Paris: Hachette, 1903.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. « Da Interpretação Geo-gráfica das Paisagens » In: HAESBAERT, PEREIRA e RIBEIRO (orgs). **Vidal, Vidais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.125-130 [orig: 1908].

VIDAL DE LA BLACHE, Pierre. « A Geografia Humana: suas relações com a Geografia da Vida » In: HAESBAERT, Rogério, PEREIRA, Sérgio Nunes e RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.99-123 [orig: 1903].

VIDAL DE LA BLACHE, Pierre. « As divisões fundamentais do território francês» In: HAESBAERT, Rogério, PEREIRA, Sérgio Nunes e RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.203-212 [orig: 1888].

VIDAL DE LA BLACHE, Pierre. « Da Interpretação Geográfica das Paisagens » In: HAESBAERT, Rogério, PEREIRA, Sérgio Nunes e RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.125-130 [orig: 1908].

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Péninsule Européenne. L'océan et La Méditerranée. Leçon d'ouverture du cours d'histoire et géographie a la Faculté des Lettres de Nancy**. Paris: Berger-Levrault et Librairies-Éditeurs, 1873.

José D'Assunção Barros - Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor Permanente do Programa de pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

ORCID - <http://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

Recebido para publicação em 23 de julho de 2020

Aceito para publicação em 30 de agosto de 2020

Publicado em 25 de dezembro de 2020